



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO 2017

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar a análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Cacaulândia - RO, deste Controle Interno, em cumprimento aos termos da Constituição Federal, art. 31; Constituição Estadual, art. 49; Lei Complementar Estadual nº 154, de 26.07.96, art. 35 e Instrução Normativa nº 013/TCER-04, de 18.11.04.

Mais que atender a um conceito legal, este relatório tem como objetivo demonstrar os principais aspectos da gestão econômico/financeira, com condições de oferecer uma visão da situação financeira do Município, que de modo geral, reflete a ação administrativa do Governo Municipal, durante o exercício de 2017.

2 – DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Item	Relatórios e Documentos	Legislação/Critério	Compõe o balanço		
			Sim	Não	Obs.
01	Relatório e certificado de auditoria, com parecer do dirigente do órgão de Controle Interno, sobre as contas anuais;	Lei Complementar nº 154/1996, artigo 35, Parágrafo único c/c artigo 9º, inciso III.	*		
02	Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas no período,	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "a"	*		
03	Balanço Orçamentário Consolidado - Anexo 12 da Lei nº 4.320/64;	Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis); Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis); Portaria STN/SOF nº 2/2016; Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	*		
04	Balanço Financeiro Consolidado - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64;	Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis); Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis); Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição);e IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro.	*		
05	Balanço Patrimonial Consolidado - Anexo 14 da Lei nº 4.320/64;	Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis); Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis); Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no	*		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

		PCASP; e IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.			
06	Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada - Anexo 15 da Lei nº 4.320/64;	Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis); Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis); Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais	*		
07	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada - Anexo 18 da Lei nº 4.320/64;	Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis); Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis); Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); e IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.	*		
08	Conciliação (Anexo TC-03) e extratos bancários de todas as contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de competência da prestação de contas.	LOTCERO, art.2º, parágrafo único.	*		
09	Relação dos restos a pagar processados – Anexo TC-10 A;	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "f";	*		
10	Relação dos restos a pagar não processados – Anexo TC-10 B;	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "f";	*		
11	Inventário do estoque em almoxarifado, em disquete ou CD, elaborado nos programas Word ou Excel (anexo TC-13);	Alínea "g" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER-2004;	*		
12	Inventário físico-financeiro dos bens móveis, em disquete ou CD, elaborado nos programas Word ou Excel (anexo TC-15);	Alínea "h" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER-2004;	*		
13	Inventário físico-financeiro dos bens imóveis, em disquete ou CD, elaborado nos programas Word ou Excel (anexo TC-16);	Alínea "i" do inciso VI, do artigo 11 da Instrução Normativa nº 013/TCER-2004;	*		
14	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias – Anexo TC-18;	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "l";	*		
15	Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente – Anexo TC-23;	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "n";	*		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

16	Demonstrativo dos recursos financeiros de convênios não repassados cujas despesas já foram empenhadas – Anexo TC-38;	Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-2004, artigo 11, VI, Alínea "s";	*		
17	Demonstrativos das despesas inscritas em Restos a pagar com recursos próprios vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Excluído o Fundeb – Anexo VI;	Instrução Normativa nº 22/TCERO/2007, artigo 22, inciso II, alínea "b";	*		
18	Demonstrativos das despesas inscritas em Restos a pagar com recursos vinculados ao Fundeb – Anexo XI;	Instrução Normativa nº 22/TCE-RO/2007, artigo 14, §1º;	*		
19	Demonstrativo Consolidado das Receitas do Fundeb – Anexo XI-A;	Instrução Normativa nº 022/TCE-RO/2007, artigo 14, II;	*		
20	Demonstrativo Consolidado da Aplicação dos Recursos do Fundeb – Anexo XI-B;	Instrução Normativa nº 022/TCE-RO/2007, artigo 14, II;	*		
21	Demonstrativo da Movimentação Financeira do Fundeb – Anexo XI-C;	Instrução Normativa nº 022/TCE-RO/2007, artigo 14, II;	*		
22	Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados as Ações e Serviços Públicos de Saúde – Excluídos Convênios, PAB, MAC/AIH, SIA/SUS e outros recursos vinculados – Anexo XVI;	Instrução Normativa nº 22/TCE-RO/2007, artigo 22, inciso II, alínea "c";	*		

3 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ECONÔMICA.

3.1 – Lei Orçamentária e Estimativa da Receita e Despesa

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 001/TCER/99, o município de Cacaulândia obteve a estimativa da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2017, em R\$ **R\$ 22.274.697,87 (vinte e dois milhões duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos)**, conforme aprovada pela Lei Municipal nº 771, de 15 de dezembro de 2016. Com os reajustes orçamentários, a receita ficou atualizada em **R\$ 23.877.953,35 (vinte e três milhões oitocentos e setenta e sete mil novecentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos)** e a despesa fixou em **R\$ 24.782.968,59 (vinte e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

3.2 - Execução Orçamentária

3.2.1 – Índices de Execução da Receita

RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	EXECUÇÃO JAN. A DEZ. (B)	B/A %
Receita Corrente Prevista	20.950.432,66	18.393.500,21	87,79
Receita de Capital Prevista	2.927.520,69	1.472.250,47	
TOTAL	23.877.953,35	19.865.750,68	

O índice de execução da receita no o exercício de 2017, atingiu o percentual de 87,79 % da receita prevista para o exercício.

3.2.1.1 - Receita Tributária

A Receita Tributária no exercício e a sua participação na Receita Arrecadada Total são demonstradas:

RECEITA TRIBUTÁRIA	2015	2016	2017
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Previsão atualizada	1.183.022,37	1.125.716,23	1.002.954,22
Receita realizada	919.350,05	974.100,35	711.354,27
Diferença	263.672,32	151.615,88	291.599,95

As Receitas de Impostos, Taxas Municipais e Contribuições de Melhorias apresentaram uma arrecadação de **R\$ 711.354,27** com 29,08% abaixo da previsão para o exercício.

Comparando com a arrecadação do exercício de 2016, temos uma redução de 26,97% nas arrecadações de receitas tributárias.

3.3.1.2 - Receita de Transferências

As Receitas de Transferências apresentam o valor de **R\$ 18.928.387,31** (dezoito milhões novecentos e vinte e oito mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos), correspondentes a 96,38% da Receita Arrecadada, representando a maior fonte de financiamento do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

3.3.1.3 - Receita da Dívida Ativa

Do exercício de 2016 para 2017, houve um aumento de 124,08% nesta receita, o incentivo na atividade de cobranças judiciais e demais atos relacionados no assunto teve significativa contribuição no aumento desta receita.

Neste exercício, a arrecadação desta receita ficou na ordem de R\$ 127.546,28 (cento e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Evolução de receita da dívida ativa nos três últimos exercícios			
Exercício	2015	2016	2017
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Receita Arrecadada	47.878,73	56.920,64	127.546,28

O exercício de 2017, encerrou-se com uma dívida ativa total de R\$ 1.282.518,50, deste estão inclusas as dívidas ativas tributárias de impostos a curto e longo prazo e o valor de R\$ 156.038,92 referente ao levantamento de danos ao erário apurado por comissão, Decreto 3003/GP/2016, em processo de tomada de contas especial 001/TCE/2016.

3.3.1.4 - Receita Arrecadada Total

As Receitas por Fontes e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da Receita Arrecadada, são assim demonstradas:

RECEITA	2015	2016	2017
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Receita Arrecadada	24.816.024,98	20.561.147,47	19.685.750,68

O quadro acima apresenta uma queda de 4,26% da Receita Arrecadada comparando-se com o exercício de 2016.

As Fontes de Receita mais expressivas na composição da Receita Arrecadada total de 2017 continuam sendo as referentes a Transferências Correntes e Transferências de Capital.

RECEITAS	
Receitas correntes	R\$ 19.639.741,58
Receitas de capital	R\$ 1.472.250,47
Receitas intra-orçamentárias	R\$ 1.023.353,44
Deduções de receita	R\$ - 2.269.594,81
TOTAL	R\$ 19.865.750,68



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

3.4 - Despesa

3.4.1 – Alterações do Orçamento Inicial

Para o exercício de 2017, foi determinado o percentual de 10% sob o orçamento vigente. Para fechamento do exercício foi solicitado projeto de Lei autorizando o acréscimo de 5% de créditos adicionais suplementares, passando o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual nº 771/2016 para 15%. Deste feito o exercício de 2017 encerrou-se com um percentual de suplementação de crédito orçamentário de 14,85%.

3.4.2 - Índices de Execução da Despesa

DESPEASAS	Previsão para o exercício	Previsão atualizada	Despesas executadas
Despesa Corrente Fixada	18.797.040,46	19.467.684,87	17.168.931,90
Despesa de Capital Fixada	1.702.011,03	3.539.637,32	2.500.381,23
Reserva de Contingência	660.000,00	660.000,00	0,00
TOTAL	22.274.697,89	24.782.968,59	19.669.313,13

A Despesa Realizada do exercício de 2017 foi de **R\$ 19.669.313,13** (dezenove milhões seiscentos e sessenta e nove mil trezentos e treze reais e treze centavos), obtendo 88,30% do estimado, inicialmente, para o exercício.

4 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)

4.1 - Gasto com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da Constituição Federal)

4.1.1 – Receitas

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	12.613.314,62

4.1.2 – Aplicação

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO DO ENSINO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
CONTROLADORIA GERAL

RECEITAS E DESPESAS	TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	TOTAL DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PERCENTUAL DE RP APLICADAS EM EDUCAÇÃO
	12.613.314,62	3.816.525,07	
Total	12.613.314,62	3.816.525,07	30,26%

No decorrer do exercício de 2017, o município aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o montante de **R\$ 3.816.525,07** (três milhões oitocentos e dezesseis mil quinhentos e vinte e cinco reais e sete centavos) correspondente ao percentual de **30,26%** das receitas provenientes de impostos, cumprindo o preceito constitucional inserto no artigo 212 da Carta Magna.

Já a aplicação mínima de 60%, sagrou-se em **72,89%**, conforme demonstrativo do ano de 2017.

5 - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

As despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2017 estão demonstradas nas tabelas abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita atualizada	12.123.366,44
Despesa atualizada com saúde 2016	3.520.245,05
Percentual aplicado na saúde 2016	29,04%

As despesas realizadas e pagas com ações e serviços públicos de saúde consistiram no exercício de 2017, o montante de **R\$ 3.520.245,05** (três milhões quinhentos e vinte mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), correspondendo ao percentual de **29,04%** do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais, atendendo ao disposto no artigo 77 inciso III, da ADCT da CF, que prevê para o exercício o gasto mínimo de 15% (quinze por cento).

6 – DA DESPESA COM PESSOAL

No exercício de 2017, o município de Cacaulândia, apresentou a aplicação de despesa com pessoal de acordo com a Receita Corrente Líquida no decorrer dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CONTROLADORIA GERAL

quadrimestres, conforme demonstrativo abaixo, atendendo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal no 1º e 2º quadrimestre.

Para o exercício a Despesa com Pessoal apresentou o seguinte quadro:

Exercício	Receita corrente líquida	Despesa total com pessoal	Percentual atingido	Situação
2017	16.721.606,95	8.951.655,32	53,53%	Regular

No decorrer do exercício de 2017, o índice de gasto de pessoal oscilou para um percentual acima do estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nos meses de abril, junho, outubro, novembro e dezembro. Em análise notou-se que nesses meses houve queda na arrecadação fazendo que o índice se elevasse. No entanto ao fim do exercício, atrelado às medidas tomadas, juntamente com algumas receitas extras que o município recebeu, o índice fixou-se abaixo da margem máxima de 54%.

7 – DOS BALANÇOS

7.1 – Balanço Orçamentário

A receita prevista na Lei Orçamentária Anual de 2017 foi de **R\$ 22.274.697,87 (vinte e dois milhões duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos)**. Com a ocorrência de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como com os reajustes orçamentários, a receita atualizada ficou em **R\$ 23.877.953,35 (vinte e três milhões oitocentos e setenta e sete mil novecentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos)**.

No que se refere a Despesa, sua dotação inicial foi de **R\$ 22.274.697,87 (vinte e dois milhões duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos)**. Atualizada, a mesma fechou na ordem de **R\$ 24.782.968,59 (vinte e quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)**

7.2 - Balanço Financeiro

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CONTROLADORIA GERAL

natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Neste caso, no exercício temos os seguintes resultados:

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL
Receita orçamentária	19.865.750,68	Despesa orçamentária	19.669.313,13
Transf. Financeiras recebidas	6.440.25,54	Transf. Financeiras concedidas	6.440.254,54
Receita extra orçamentaria	4.137.444,15	Despesa extra orçamentária	3.444.985,93
Saldos do exerc. Anterior	15.238.607,65	Saldo para exercício seguinte	16.127.503,42
SALDOS	45.682.057,02	SALDOS	45.682.057,02

7.2.1 RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar referem-se aos inscritos no período (receita) e os liquidados (despesa), de fornecedores e demais dívidas.

RESTOS A PAGAR				
	Saldo exercícios anteriores	Inscrição 2017	Baixas/pagos	Saldo para 2018
Resto a pagar processados				
Exercício 2015	304.438,75	0,00	41.611,96	262.826,79
Exercício 2016	1.752.549,63	0,00	1.656.127,72	96.421,91
Exercício 2017	0,00	1.096.149,54	0,00	1.096.149,54
Subtotal	2.056.988,38	1.096.149,54	1.697.739,68	1.455.398,24
Resto a pagar não processados				
Exercício 2015	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício 2016	1.074.957,51	0,00	1.048.907,59	26.049,92
Exercício 2017	0,00	731.469,34	0,00	731.469,34
Subtotal	1.074.957,51	731.469,34	1.048.907,59	757.519,26
TOTAL	3.131.945,89	1.827.618,88	2.746.647,27	2.212.917,50

Anexo 17- demonstrativo da dívida flutuante.

Os ingressos em restos a pagar, demonstram em linhas gerais, a falta de planejamento do Poder Executivo no seu último mandato. Porém é notável que o executivo municipal vem tomando precauções e melhor planejamento quanto as suas despesas, isso é possível notar no saldo inscrito em 2017 que se apresenta consideravelmente menor que dos exercícios anteriores, mesmo a arrecadação demonstrando uma queda de 3,38% em relação a 2016.

Apesar de parecer despiciendas as considerações, o município conseguiu atender de forma satisfatória a demanda da saúde e educação, que são em princípios, as principais atividades inerentes da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CONTROLADORIA GERAL

A inscrição deve numerário em restos a pagar, demonstra antes de tudo, um valor não tão significativo em relação a variadas limitações que os gestores tiveram ao longo dos últimos anos.

7.2.1 Disponibilidade de caixa

A disponibilidade de caixa demonstra a capacidade financeira do município em pagar suas despesas provenientes dos exercício anteriores, devendo manter em caixa, ao final do exercício, receita suficiente para quitar tais despesas.

Contudo o Município de Cacaulândia encerrou o exercício de 2017 com uma insuficiência financeira de R\$ 1.201.824,09. Anexo 14C Balanço Patrimonial.

7.3 - Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

O caixa e equivalência de caixa compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento e poupança. Os numerários ficaram conforme quadro abaixo:

CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA	Exercício anterior - 2016	Exercício atual - 2017
Conta única RPPS	413.023,15	563.967,26
Banco Conta Movimento	3.369.414,81	2.326.002,08
TOTAL	3.782.437,96	2.889.969,34

Os créditos em curto prazo compreendem os direitos ou créditos de natureza tributária ou créditos não tributários não recebidos no prazo estabelecido. Os mesmos foram transferidos para o curto prazo, sendo os valores que estão estimados para a realização em 2017 dos créditos em dívida ativa.

Créditos a curto prazo	Exercício anterior - 2016	Exercício atual - 2017
Créditos tributários a receber	154,13	0,00
Dívida ativa tributária	48.991,25	43.643,97
Demais créditos e valores a curto prazo	1.479,77	1.479,77
TOTAL	49.154,38	43.643,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA CONTROLADORIA GERAL

Quantos aos estoques, o método utilizado pela Lei 4.320/1964, é definido pelo custo médio ponderado. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial, são provenientes dos respectivos sistema e Almoxarifado da Prefeitura de Cacaulândia.

CONTA	Exercício anterior - 2016	Exercício atual - 2017
Almoxarifado	122.762,11	813.316,88

8 – INDICADORES GERENCIAIS

8.1 – Indicadores Gerenciais do Exercício

a) Equilíbrio Financeiro

$$\frac{\text{Receita Arrecadada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{19.865.750,68}{19.669.313,13} = 1,01$$

O quociente demonstrado de 1,01 registra um bom orçamento executado, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada, o Município arrecadou R\$ 1,01.

b) Autonomia Financeira

$$\frac{\text{Receita Trib. Própria}}{\text{Despesa executadas}} = \frac{711.354,27}{19.669.313,13} \times 100 = 3,62\%$$

Por este indicador infere-se que a capacidade do Município em manter, com recurso próprio, oriundos de sua atividade tributária, a máquina administrativa é de 3,62%, indicando que a quase totalidade das transferências governamentais é utilizada para este fim.

c) Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por Cidadão

$$\frac{\text{Despesa executadas}}{\text{População do Município}} = \frac{19.669.313,13}{6.460^*} = 3.044,78$$

*ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf

Este demonstrativo revela, teoricamente, que cada munícipe arcaria anualmente com R\$ 3.044,78 (três mil quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), para manter em operação as atividades da máquina administrativa municipal, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA CONTROLADORIA GERAL

9 – RECOMENDAÇÕES

Cabe a esta Controladoria apresentar ao Gestor as seguintes recomendações:

- 1) Efetuar melhor estruturação no Departamento de Arrecadação Tributária, visando à fiscalização e melhoria da arrecadação municipal por intermédio de campanhas, incentivos e capacitações intensivas.
- 2) Intensificar medidas de incentivo para arrecadar os valores correspondentes ao ajuste de crédito da Dívida Ativa, para que não haja perdas de receita no futuro;
- 3) Manter as medidas para a redução do Limite das Despesas com Pessoal, nos termos dos Artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, tais como: redução do quadro de pessoal comissionado, corte de horas-extras, gratificações e contratação de pessoal, visando assim alcançar o percentual de gastos com pessoal ao Limite Prudencial;
- 4) Não reiterar a inscrição em restos a pagar, devendo ser obedecida a ordem cronológica de pagamentos conforme Art. 37º LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, c/c INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 55/2017/TCE-RO.
- 5) Não reiterar a inscrição em restos a pagar sem disponibilidade financeira.

10 – CONCLUSÃO

O Controle Interno avaliando o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município de Cacaulândia, no que se refere à eficiência, eficácia e efetividade, conclui pela evolução e aprovação da gestão administrativa do exercício de 2017.

O tripé eficiência, eficácia e efetividade, tem sido perseguido com a busca de resultados, atingindo os objetivos e metas, tornando dinâmica as políticas públicas.

A efetividade pela preocupação com implementação de um relacionamento externo de resultados, atuante, ágil, tanto no que concerne ao administrado quanto na interação com as ordens superiores de governo, visando o atendimento das necessidades sociais.

O órgão de Controle Interno da Prefeitura do Município de Cacaulândia tem a preocupação de atuar de forma responsável e comprometida no acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA CONTROLADORIA GERAL

O atendimento as recomendações do Controle Interno no exercício de 2017 geraram resultados positivos e com base nestes procedimentos novas técnicas vão sendo implantadas para auxiliar o Gestor Municipal e seus Chefes de Departamentos, quanto aos aspectos técnicos de uma metodologia em construção permanente em busca de novos e melhores tempos para a cidadania e administração do Município.

Este Relatório, bem como a Prestação de Contas buscou atender além das exigências da Instrução Normativa do TCE-RO a todos os mandamentos legais.

É o que coube ao órgão de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

Logo, esta Controladoria é de parecer favorável com ressalvas à Prestação de Contas, visto que ainda há falhas de controle e pendências que necessitam serem regularizados, especialmente nos restos a pagar e medidas de incentivo e preventivas, a serem tomadas quanto a arrecadação tributária do município.

É como opino.

Cacaulândia, 27 de março de 2018.

Estéfano Monteiro Gambarini
Controlador Geral



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA-RO CONTROLADORIA GERAL

CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE COM RESSALVA

“A Controladoria Geral do Município de Cacaulândia é de opinião pela **certificação de regularidade com ressalva** das contas do Chefe do Executivo Municipal, atinentes ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Senhor Edir Alquieri, já que (a) Administração observou, exceto pelas situações descritas no(s) item (ns): **7.2.1** e **7.2.2** do Relatório de Auditoria, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e o cumprimento da gestão fiscal, em especial os mínimos na aplicação da Saúde e Educação; o limite de repasse ao Poder Legislativo; o equilíbrio orçamentário e financeiro, o atendimento das metas de resultado nominal e primário; os limites de despesas com pessoal e endividamento; e da gestão previdenciária, e (b) que as demonstrações contábeis consolidadas do Município, compostas pelos balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, representam sobre todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial em 31/12/2017 e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial relativos ao exercício encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar 101/2000 e das demais normas contabilidade do setor público.”

Cacaulândia, 29 de março de 2018.

Estéfano Monteiro Gambarini
Controlador Geral